

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, fone: _____, e-mail: _____, cor/raça: _____
() Amarelo () Branca () Indígena () Parda () Preta. Declaro para os devidos fins e efeitos que:

() TENHO () NÃO TENHO: Relação de matrimônio, união estável ou de parentesco consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade/civil (em linha reta até terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), **com a máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade contratante**, ou ainda com servidores investidos em cargos de Direção, Chefia, ou Assessoramento do mesmo órgão ou entidade, nos termos da súmula vinculante número 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática de nepotismo na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em caso afirmativo, identificar o parente consanguíneo ou por afinidade e a esfera de Governo de qual faz parte:

Nome: _____
Cargo: _____
Órgão: _____
Grau de Parentesco: _____

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto da Lei Estadual nº 3.531, de 14 de agosto de 2019, que veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006, no âmbito do Estado do Tocantins, e não ter sido condenado nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e tenho ciência que tal vedação se inicia com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto na Lei Complementar Federal nº 135, de 04 de junho de 2010, e na Lei nº 2.744, de 09 de agosto de 2013, que estabelece condições para a nomeação de agentes públicos no âmbito dos Poderes Estaduais, para os cargos que especifica, a fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do cargo, regulamentada pelo Decreto nº 4.883, de 05 de setembro de 2013, e não incorrer em nenhuma das hipóteses de impedimento para a investidura em cargo público, exercício de função comissionada ou contrato de emprego público na administração pública direta e indireta dos Poderes do Estado, disciplinadas no Decreto 4.883/2013.

DECLARO ter pleno conhecimento do disposto da Lei Estadual nº 3.668, de 26 de maio de 2020, que dispõe sobre a proibição de nomeação ou contratação determinados cargos e empregos públicos, de pessoa condenada por crime sexual contra criança ou adolescente, e não ter sido condenado em outra Jurisdição por crimes sexuais contra vulnerável, crimes previstos nos artigos 240 e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente e por outros crimes de natureza sexual contra crianças ou adolescentes previstos na legislação.

DECLARO, perante o Poder Executivo Estadual do Tocantins, consoante o disposto no § 4º, do art. 14, de Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, que:

- Não exerço cargo, emprego ou função pública, neste Estado ou nos seus Municípios, na União, no Distrito Federal, em outro Estado da Federação ou seus Municípios, abrangendo a Administração Direta e Indireta, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, incisos XVI da Constituição Federal de 1988, em consonância com o art. 135 da Lei nº 1.818 de 23 de agosto de 2007;
- Exerço o cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo;
- Encontro-me na inatividade no cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo;
- Encontro-me cedido do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo;
- Encontro-me licenciado do cargo, emprego ou função pública mencionado abaixo, sem recebimento de quaisquer proventos financeiros em qualquer esfera ou Poder Público.

Cargo, Emprego ou Função Pública declarado (a) _____
Carga Horária _____ Órgão: _____ Cidade/UF: _____
Esfera de Governo _____

- Declaro a compatibilidade de horários ao exercício do cargo ora pactuado, bem como, que não me enquadro nas hipóteses legais de vedação a acumulação remunerada de cargos públicos, previstas no art. 37, incisos XVI da Constituição Federal de 1988, em consonância com o artigo 135 da Lei nº 1.818 de 23 de agosto de 2007.
- Não possuo bens e valores;
- Possuo os bens e valores relacionado(s) abaixo ou conforme Declaração anexa;
- Não houve supressão ou aumento patrimonial desde a última investidura (se for o caso).

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR ESTIMADO	QUITADO S/N

- Encontro-me em dia com gozo dos direitos políticos e quite com as obrigações militares e eleitorais, conforme art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 1.818/2007;

Declaro ainda, em concordância com os arts 134, inciso X, e 161, da Lei nº 1.818/2007, que:

- Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;

- Nunca fui demitido(a) ou destituído(a) em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público Federal, do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1.983, e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Palmas, _____ de _____ de 20____.

Assinatura